

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 26 de maio de 2015.

Edição nº 1673

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 246/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

ALTERAR

- o nome da Promotora de Justiça Tássia Bergmeyer da Silveira, para TÁSSIA BERGMAYER DA SILVEIRA MIRANDA, em face da prova apresentada.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de maio de 2015.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**

BOLETIM N.º 247/2015

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REDUZIR

- pelo período de 01 (um) ano, a contar de 26 de maio de 2015, a carga horária da servidora PAULA DE MENEZES CONCEIÇÃO THORELL, Assessora - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3381269, para 30 (trinta) horas semanais, nos termos do art. 6º, § 1º, da lei nº 7.253/79 (PR.00576.00330/2015-1 - Port. 1275/2015).

NOMEAR

- LUCAS LUIS DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de Assessor Especial I, CC-07, deste órgão (Port. 1503/2015).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 22 de maio de 2015, a servidora ALEXANDRA ZUCOLOTTI, ID n.º 3442047, do cargo de Agente Administrativo, classe "N", deste órgão, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 1517/2015).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de maio de 2015.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.31014**

CONTRATADA: EMPRESA JORNALISTICA CALDAS JÚNIOR LTDA.; **OBJETO:** renovação, pelo período de doze meses, de dez assinaturas anuais do JORNAL CORREIO DO POVO para o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Gabinete do Procurador-Geral de Justiça no Palácio, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Assessoria de Imprensa, Promotoria de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Porto Alegre, Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, Projeto Piloto da Promotoria de Justiça Especializada do Torcedor e para a Biblioteca; **VALOR TOTAL:** R\$ 5.388,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 25 de maio de 2015, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de maio de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.30994**

CONTRATADA: REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA; **OBJETO:** Renovação da assinatura anual e aquisição de periódicos avulsos da REVISTA DOS TRIBUNAIS, da REVISTA DE PROCESSO, da REVISTA TRIBUTÁRIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS, da REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL, da REVISTA DE DIREITO AMBIENTAL, da REVISTA DE DIREITO PRIVADO, da REVISTA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, da REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS, da REVISTA DE DIREITO IMOBILIÁRIO, da REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO CONTEMPORÂNEO e da REVISTA DE DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, referente ao ano de 2015, para atualização e manutenção do acervo da Biblioteca, do CAO do Meio Ambiente e CAO do Consumidor; **VALOR TOTAL:** R\$ 17.923,31 (dezesete mil e novecentos e vinte e três reais e vinte e um centavos); **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFI-**



CAÇÃO em 21/05/2015, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de maio de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
E RATIFICAÇÃO
CO.30995**

CONTRATADA: LADA CURSOS, PALESTRAS E SEMINÁRIOS S/S LTDA.; **OBJETO:** contratação da empresa Lada Cursos, Palestras e Seminários S/S Ltda. para a realização da palestra "A Acessibilidade e Mobilidade Urbana à luz da Convenção da Pessoa com Deficiência", por intermédio do Doutor Luiz Alberto David Araújo, no Encontro sobre Acessibilidade e Mobilidade Urbana, a ser realizado nos dias 1º e 02 de junho de 2015; **VALOR TOTAL:** R\$ 7.000,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** art. 25, inciso II e § 1º c/c o art. 13, inciso VI, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 25 de maio de 2015, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de maio de 2015.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM Nº 01/2015 - CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS, científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou as seguintes Peças de Informação e Inquéritos Cíveis:

IC 00748.00187/2014 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul por Adrio Rafael Paula Gelatti - 5º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Caxias Do Sul com a finalidade de Objeto: fiscalização ao Pronto Atendimento 24 Horas - Centro à Vida Dr. Carlos Felipe Spinato - Caxias do Sul.

Partes: Município de Caxias do Sul; Pronto Atendimento 24 horas - Centro à Vida Dr. Carlos Felipe Spinato

(investigados) e Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (representante).

Local: Caxias do Sul.. Investigados: Município De Caxias Do Sul e Pronto Atendimento 24 Horas - Centro À Vida Dr. Carlos Felipe Spinato - Caxias Do Sul. Local do Fato: Caxias Do Sul.

Partes: Município de Caxias do Sul; Pronto Atendimento 24 horas - Centro à Vida Dr. Carlos Felipe Spinato (investigados) e Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (representante).

Local: Caxias do Sul.. Investigados: Município De Caxias Do Sul e Pronto Atendimento 24 Horas - Centro À Vida Dr. Carlos Felipe Spinato - Caxias Do Sul. Local do Fato: Caxias Do Sul.

IC 00748.00250/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Caxias Do Sul por Adriana Karina Diesel Chesani com a finalidade de averiguar se houve qualquer desrespeito a direitos fundamentais para a realização de círculo restaurativo no interior da Penitenciária Industrial de Caxias do Sul, envolvendo réu e vítima do

Processo Criminal PJ 010/2.10.0003699-2, em tramitação na 1ª Vara Criminal desta Comarca (Tribunal do Júri).

Partes: A definir (representado) e De ofício (representante).

LOCAL: Caxias do Sul - RS. Investigado: Central De Praticas Restaurativas. Local do Fato: Caxias Do Sul.

IC 00751.00003/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Cerro Largo por André Luis Negrão Duarte com a finalidade investigar possível ato de improbidade administrativa decorrente do Contrato Administrativo nº 051/2014 para a contratação de serviço relativo à reforma e ampliação da Unidade Básica de Saúde de Ubiretama (RS). Investigados: Município de Ubiretama, e Secretária de Saúde do Município de Ubiretama (RS). Local do Fato:

Ubiretama (RS).

IC 00810.00012/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, por Leandro Tatsch Bonatto com a finalidade de investigar suposta negligência nos trabalhos de ambulância de propriedade do município de Não-Me-Toque, consistente na ausência de profissional da área de saúde na realização de atendimento de emergência/urgência a Renato de Quadros, vítima de acidente de trânsito ocorrido em 26/11/2011, na RS 142, Km 10, em Não-Me-Toque.

IC 00820.00295/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo por Paulo Da Silva Cirne com a finalidade de PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FISCALIZAÇÃO EM ILPI'S. Investigado: Residencial Longevittá. Local do Fato: Passo Fundo.

IC 00820.00299/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo por Paulo da Silva Cirne com a finalidade de PROGRAMA INSTITUCIONAL DE FISCALIZAÇÃO EM ILPI'S - INVESTIGADA ILPI PRIORITÁ VIVER. Investigado: ILPI

Prioritá Viver. Local do Fato: Passo Fundo.

IC 00820.00301/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Passo Fundo por Paulo da Silva Cirne com a finalidade de Projeto Institucional de Fiscalização de Idosos em ILPI's, a fim de verificar eventuais irregularidades na ILPI



Diário eletrônico do
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 26 de maio de 2015.

www.mprs.mp.br

Edição nº 1673

Lar para Idosos Nossa Senhora da Luz, situado na Rua Daltr Filho, 800, bairro Lucas Araújo, Cidade de Passo Fundo.

Investigada: ILPI Lar para Idosos Nossa Senhora da Luz. Local do Fato: Passo Fundo.

IC 01128.00035/2013 instaurado na Promotoria De Justiça De Defesa Dos Direitos Humanos de Porto Alegre

por Marinês Assmann com a finalidade de averiguar a demora no chamamento dos aprovados no Concurso para Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem.

Requerente: SIMPA;

Requerido: Município de Porto Alegre.

Local dos Fatos: Porto Alegre. Investigado não informado.

IC 00853.00011/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande por Érico Rezende Russo com a finalidade de Investigar a legalidade e condições de atendimento aos idosos da ILPI "Lar da Terceira Idade". Investigado: Ilpi Lar Da Terceira

Idade. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00853.00012/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande por Érico Rezende Russo com a finalidade de Investigar a legalidade e condições de atendimento de pessoas com necessidades especiais no SRT localizado na Rua Cachoeira do Iguacú, nº 546, bairro Hidráulica, nesta cidade. Investigado: Rosangela Caldeira. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00853.00014/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Rio Grande por Érico Rezende Russo com a finalidade de investigar a legalidade e condições de atendimento de pessoas idosas na ILPI localizada na Rua Pedro Carneiro Pereira, nº 94 - Vila Maria, nesta cidade. Investigado: Kiria Correa. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00853.00105/2014 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande por Érico Rezende Russo - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Rio Grande com a finalidade de Investigar existência de casa de cuidados de portadores de deficiência irregular.. Investigado: Fernanda Marques Carvalho. Local do Fato: Rio Grande.

IC 00858.00019/2012 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Santana do Livramento por Marcelo de Souza Gonzaga com a finalidade de Instar a Defensoria Pública do Estado a manter regime de plantão para garantir o acesso à justiça a todos os cidadãos na Comarca de Santana do Livramento. Investigados: Defensoria Publica e Estado do Rio Grande do Sul. Local do Fato: Santana do Livramento.

IC 00862.00011/2014 instaurado na Promotoria De Justiça de Santa Cruz do Sul, por Vanessa Saldanha de Vargas, Promotora de Justiça, com a finalidade de apurar a noticia de irregularidade na Instituição de Longa Permanência de Idosos Residencial Geriátrico Bela Vista, situada na Rua Marechal Deodoro, n.º 1181, Bairro Centro, Santa Cruz do Sul – RS.

Aditamento à Portaria de Instauração de nº 101/2014 do Inquérito Civil nº 00864.00031/2014, da Promotoria de Justiça Cível de Santa Maria, por Fernando Chequim Barros, alterando o objeto para: “ insuficiência de médicos psiquiatras na rede

pública municipal de saúde de Santa Maria”. Investigado: Município de Santa Maria. Local do Fato: Santa Maria.

PI 00865.00081/2014 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Santa Maria por Fernando Chequim Barros

- 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De Santa Maria com a finalidade de DENÚNCIA

ANÔNIMA: CLÍNICA DE IDOSOS CLANDESTINA, LOCALIZADA NA RUA SÃO PAULO, 115, PARQUE PINHEIRO MACHADO.

PI 00865.00082/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria por Fernando Chequim Barros, com a finalidade de investigar a inexistência de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III.

PI 00865.00066/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria por Fernando Chequim Barros, com a finalidade de investigar a estrutura física mínima do Conselho Municipal de Saúde de Santa Maria.

PI 00865.00082/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Santa Maria por Fernando Chequim Barros, com a finalidade de investigar a inexistência de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III.

IC 00891.00020/2010 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende

Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Investigação acerca do mau atendimento à comunidade. . Investigado: Centro De Saúde Feitoria. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00093/2013 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso com a finalidade de investigar as irregularidades na infraestrutura física e pessoal, bem como da negligência no atendimento ao usuário do Centro de Atenção Psicossocial II - CAPS Capilé de São Leopoldo. Investigado: Município de São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00124/2013 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Investigar a denúncia dando conta das inúmeras irregularidades no SAE - Serviço de Atendimento Especializado do Município. . Investigado: Município De São Leopoldo . Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00134/2013 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Cível De São Leopoldo com a finalidade de Investigar o cumprimento da Lei nº 12.165/2004, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas da rede pública e privada efetuarem campanhas antidrogas no decorrer do ano letivo. . Investigado: Escola Vida Nova. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00891.00005/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso com a finalidade de Investigar irregularidades na Unidade Básica de Saúde Baum. Investigado: Município De São Leopoldo. Local do Fato: São Leopoldo.



IC 00891.00013/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de São Leopoldo por Débora Rezende Cardoso com a finalidade de fiscalizar o efetivo cumprimento da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto nº 5.296/2004, os quais estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Investigado: Casa Lotérica Coelho E Hallam. Local do Fato: São Leopoldo.

IC 00903.00044/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul por Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 7985 do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, tendo como investigado o Município de Sapucaia do Sul.

IC. 00903.00047/2014 instaurado na Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul por Mauricio Sanchotene de Aguiar, com a finalidade de apurar a deficiência na organização e atenção ao usuário na Atenção Básica em Saúde em Sapucaia do Sul.

PI 01234.00079/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Especializada de Santana do Livramento por Fernanda Broll Carvalho com a finalidade de averiguar a sinalização, para pessoas portadoras de deficiência, das vias públicas nas proximidades da Escola Maurício Cardoso, conforme solicitação da Sra. Simone Rose Guedes Mello. Investigado não informado. Local do Fato: Santana do Livramento.

IC 00913.00016/2015 instaurado na Promotoria de Justiça de Tenente Portela por Ana Maria Hahn Souza

com a finalidade de apurar irregularidade e/ou deficiência quanto à Segurança Pública no Município de Miraguaí/RS, em decorrência do número insuficiente de efetivo da Brigada Militar de Miraguaí/RS.

Investigado: Estado do Rio Grande do Sul e Brigada Militar
Local do Fato: Tenente Portela.

IC 00931.00011/2015 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Viamão por Tatiana Alster com a finalidade de apurar eventual negativa de atendimento pelo Hospital de Viamão a pessoas que lá aportam desprovidas de documentos de identificação. Investigado: Fund. Univ. De Card.- Instituto De Cardiologia - Hospital De Viamão. Local do Fato: Viamão.

IC 00931.00112/2014 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Viamão por Gisele Moretto - 1ª Promotora de Justiça da Promotoria De Justiça Cível De Viamão com a finalidade de apurar potencial dano difuso e coletivo do direito à saúde dos idosos, decorrente das condições físicas, higiênico-sanitárias e de estrutura de serviços da ILPI Casa de Repouso Peres e Peres Ltda (Casa de Repouso Dom Angel), estabelecida na Rua Francisco Alves, nº 428, Diamantina, Viamão. Investigado: ILPI Casa De Repouso Peres E Pires Ltda. Local do Fato: Viamão/RS.

IC 00931.00116/2014 instaurado na Promotoria de Justiça Cível de Viamão por Gisele Moretto com a finalidade de apurar se a Casa Lar Santa Edwiges (antiga Casa Lar Nossa Senhora das Graças) contribuiu de alguma forma para os falecimentos de João e de sua companheira Maria, também não mais viva e que com ele residia na Casa Lar. Investigados: Associação Beneficente Augusta e Casa Lar Santa Edw-

ges. Investigados: Associação Beneficente Da Augusta e Casa-Lar Santa Edwiges. Local do Fato: Viamão.

IC 00931.00120/2014 instaurado na Promotoria De Justiça Cível De Viamão por Gisele Moretto com a finalidade de apurar potencial dano difuso e coletivo do direito à saúde dos dependentes de substâncias psicoativas, decorrente das condições higiênicosanitárias, de estrutura e funcionamento da Comunidade Terapêutica (CT) Centro de Recuperação Jovem, estabelecida na Estrada da Lomba Verde, s/n, Passo D'Areia, Viamão, tendo como investigada a própria entidade, localizada em Viamão/RS.

Investigado não informado. Local do Fato: Viamão

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 11 de fevereiro de 2015.

MAURO LUÍS SILVA DE SOUZA,

Promotor de Justiça, Coordenador,

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

MARCELOS LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 14/2015 – CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram instaurados os seguintes expedientes investigativos:

1) PI 00780.00021/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Getúlio Vargas por Adriano Luís De Araujo - Designação Excepcional - Adriano Luís De Araujo com a finalidade de Objeto: apurar a existência de loteamento irregular na Rua Vicente Devéns, no Município de Estação.

Representante: Amélia Pelissari.

Investigado: a apurar.

Local: Rua Vicente Devéns, altura do nº 100, Estação, RS..
Investigado não informado. Local do Fato: Estação,RS.

2) ADITAMENTO A PORTARIA - O MINISTÉRIO PÚBLICO, pela Promotoria de Justiça de Gramado, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 129, inciso III e § 3º, da Constituição Federal; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7-347/85, e, no artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei nº 8.625/93, RETIFICA o presente Inquérito Civil nº 00782.00093/2013, para incluir como investigado:- MUNICÍPIO DE GRAMADO, pessoa jurídica de direito público interno, com endereço na Prefeitura Municipal de Gramado/RS, Avenida das Hortênsias, 2.029 Centro, em Gramado (RS).

3) Inquérito Civil nº 00872.00020/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo por Renato Moura Tirapelle - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Santo Ângelo com a finalidade de OBJETO: Denúncia de atividade comerciarria irregular (Sorveteria).

INVESTIGADO(A): ELVIRA SILVESTRINI. LOCAL: Rua Marques do Herval, 1614, Centro, Santo Ângelo, RS.



4) Inquérito Civil nº 01202.00056/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística por Luciano De Faria Brasil- 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística com a finalidade de Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de deficiência da iluminação pública na Rua Osmino Julio Kuhn, próximo ao nº 459, Bairro Rubem Berta, nesta Capital.

Interessado: José Fernando de Souza Leão. Investigado: Município de Porto Alegre. Local do Fato: Porto Alegre.

5) Inquérito Civil nº 00929.00018/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Veranópolis por Lucio Flavo Miotto – Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Veranópolis com a finalidade de OBJETO: Em tese, desafetação de área verde.

INVESTIGADO: Município de Veranópolis

LOCAL: Bairro Valverde, Veranópolis, RS.. Investigado: Município De Veranópolis. Local do Fato: Veranópolis.

6) Inquérito Civil nº 00929.00018/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Veranópolis por Lucio Flavo Miotto – Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Veranópolis com a finalidade de OBJETO: Em tese, desafetação de área verde.

INVESTIGADO: Município de Veranópolis

LOCAL: Bairro Valverde, Veranópolis, RS.. Investigado: Município De Veranópolis. Local do Fato: Veranópolis.

7) Inquérito Civil nº 01202.00059/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística por Luciano De Faria Brasil - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística com a finalidade de Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de suposta irregularidade na construção de obras viárias - culs de sac - nas Ruas Córdoba e João Carlos Moré, Bairro Anchieta, nesta Capital. Interessada: Edna Yara Martins Salgado

Investigado: Município de Porto Alegre. Local do Fato: Porto Alegre.

8) Inquérito Civil nº 00887.00011/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De São Jerônimo por Valter Pribe - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De São Jerônimo com a finalidade de Apurar eventuais irregularidades na lavagem de veículos localizada na Av. João Pereira da Silva, nº 985, Bairro Centro, em Arroio dos Ratos, tendo como investigado Darci Renato Feiten. . Investigado: Darci Renato Feiten. Local do Fato: São Jerônimo.

9) PI 01127.00003/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Cachoeirinha por Maria Rita Noll De Campos - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Cachoeirinha com a finalidade de

Objeto: Investigar depósito irregular de material de construção em área "non aedificandi", junto às torres de alta tensão situadas na Rua José Goulart, no bairro Morada do Bosque, em Cachoeirinha. Investigado não informado. Local do Fato: Cachoeirinha.

10) Inquérito Civil nº 00772.00007/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Faxinal Do Soturno por Claudio Antonio Rodrigues Estivallet Junior - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Faxinal Do Soturno com a finalidade de In-

vestigar possíveis transtornos e insegurança às edificações causadas por alagamentos nas proximidades da Rua Antônio Sônego, junto a RS 149 em São João do Polêsine, RS. Ano: 2015

Investigados: Prefeitura Municipal de São João do Polêsine e Departamento Autônomo de Estrada de

Rodagens. Investigados: Daer e Prefeitura Municipal De São João Do Polêsine. Local do Fato: Faxinal Do Soturno.

11) Inquérito Civil nº 00739.00038/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Canoas por Débora Rezende Cardoso - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Canoas com a finalidade de apurar a ocorrência de dano ambiental e de lesão à ordem urbanística em decorrência de violação dos preceitos legais inerentes ao licenciamento e à autorização para instalação de empreendimento de grande porte (Park Shopping Center) no Município de Canoas.

INVESTIGADOS: Município de Canoas

Endereço: Rua XV Janeiro, 11, Canoas. Multiplan Greenfield VII Empreendimento Imobiliário Ltda

Endereço: Av. das Américas, 4200, Bloco 02, Sala 501, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro.

12) RETIFICAÇÃO DA PORTARIA DO IC nº 01202.00212/2012, instaurado na Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística por Norberto Cláudio Pâncaro Avena - 3º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística, ALTERANDO OBJETO para investigar potencial infração à ordem urbanística em razão do extravasamento de esgotos no interceptor de esgotos do Arroio Taquara, nesta Capital.

Investigado: Município de Porto Alegre

Interessado: Vereador Carlos Atilio Todeschini. Investigado: Município De Porto Alegre. Local do Fato: Porto Alegre.

13) Inquérito Civil nº 01629.000.006/2015 instaurado na PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE HABITAÇÃO E DEFESA DA ORDEM URBANÍSTICA em 19/05/2015 por Luciano de Faria Brasil com a finalidade de Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de suposta irregularidade pela ausência de alvará de localização e funcionamento e/ou atividade diversa do Alvará de Localização e Funcionamento concedido pela SMIC, no estabelecimento Brtop Massagens, localizado na Rua Engenheiro Correa Daudt, 295, Bairro Boa Vista, nesta Capital. .

Investigado(s): Br Top Massagens.

Município de Porto Alegre.

Local do Fato: Rua Engenheiro Correa Daudt, 295, Bairro Bela Vista, Porto Alegre.

14) Inquérito Civil nº 00711.00056/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete por Júlia Flores Schutt - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Alegrete com a finalidade de Acompanhar a regularização do denominado Condomínio Nova aurora, principalmente no que tange à implantação de esgotamento sanitário. Investigado Município de Alegrete e Núcleo de Alegrete da Cruzada dos Militares de Alegrete/RS.. Investigados: Município De Alegrete e Núcleo De Alegrete Da Cruzada Dos Militares Espíritas.



Local do Fato: Alegrete.

15) Inquérito Civil nº 00739.00030/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Canoas por Felipe Teixeira Neto - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Canoas com a finalidade de OBJETO: APURAR LESÃO À ORDEM URBANÍSTICA EM RAZÃO DE DEFICIÊNCIAS ESTRUTURAIS NO DENOMINADO "LOTEAMENTO POPULAR", CONSISTENTE EM PRECARIÉDADA NOS SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DE COLETA DE LIXO, NO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA RITA. LOCAL DO FATO: NOVA SANTA RITA/RS.

INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE NOVA SANTA RITA.

16) ADITAMENTO A PORTARIA - O MINISTÉRIO PÚBLICO, pela Promotoria de Justiça de Gramado, no uso das atribuições que lhe são conferidas no artigo 129, inciso III e § 3º, da Constituição Federal; no artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei nº 7.347/85, e, no artigo 25, inciso IV, alínea a, da Lei nº 8.625/93, RETIFICA o presente Inquérito Civil nº 00782.00085/2013, com o fim de incluir no polo passivo a Empresa Gaúcha de Rodovias S.A. EGR, com sede na Avenida Borges de Medeiros, 261, 3º andar, em Porto Alegre, RS, em substituição ao Departamento Autônomo de Estradas e Rodagens DAER.

17) Inquérito Civil nº 01202.00055/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística por Luciano De Faria Brasil - 2º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística com a finalidade de Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual abandono da Rua Amélia Teles, da Rua Perpétua Teles e da Rua Alegrete, bairro Petrópolis, nesta Capital, consistente na pavimentação ruim e na iluminação pública deficiente. Interessada: Coletividade. Investigado: Município De Porto Alegre. Local do Fato: Porto Alegre.

18) PI 00722.00037/2015 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves por Elcio Resmini Menezes - Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Bento Gonçalves com a finalidade de Objeto: acompanhar a regularização do plano de prevenção e combate contra incêndio - PPCI do Salão da Igreja do bairro Ouro Verde.

Investigado: Salão da Igreja do bairro Ouro Verde.

Local do Fato: bairro Ouro Verde, Bento Gonçalves/RS.

Investigado: Salao Da Igreja Do Bairro Ouro Verde.

Local do Fato: Bento Gonçalves.

19) Inquérito Civil nº 00739.00047/2014 instaurado na Promotoria De Justiça Especializada De Canoas por Felipe Teixeira Neto - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça Especializada De Canoas com a finalidade de OBJETO: Apurar lesão à ordem urbanística e risco à incolumidade dos usuários, da população em geral do funcionamento da edificação em razão da não implantação, pelo investigado, dos sistemas de prevenção aprovados no Plano de Prevenção contra Incêndio (PPCI).

INVESTIGADOS: Diego Fernandi - ME

Endereço: Av. Santa Rita, 1015, Centro, Nova Santa Rita

20) Inquérito Civil nº 01202.00060/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística por Luciano De Faria Brasil - 1º Promotor De Justiça Da Promotoria De Justiça De Habitação E Defesa Da Ordem Urbanística com a finalidade de Investigar potencial infração à ordem urbanística em razão de eventual ausência de iluminação pública na Rua Embira, nº 170, no trecho entre a Av. Juca Batista e o Condomínio Villa Carrara, bairro Hípica, nesta Capital. Investigado: Município de Porto Alegre Interessada: Sra. Valentina Leyser

Bittencourt. Local do Fato: Porto Alegre.

21) Inquérito Civil nº 00912.00002/2015 instaurado na Promotoria De Justiça De Taquari por Sérgio Da Fonseca Diefenbach - Designação Excepcional - Sérgio Da Fonseca Diefenbach, com o objeto: Esgoto aberto na rua Diogo Vilanova, em Taquari/RS. Investigado: Município De Taquari. Local do Fato: Taquari.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 20 de maio de 2015.

DÉBORA REGINA MENEGAT, Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

ALEXANDRE SIKINOWSKI SALTZ

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais em substituição.